D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena: patrona dos estudos científicos no Brasil

Valdirene do Carmo Ambiel*
Luiz Roberto Fontes**

D. Leopoldina – Óleo sobre tela de Joseph Kreutzinger, 1815, no palácio Schönbrunn, em Viena. Domínio público.

No texto inaugural do Espaço Jair Rosa Duarte, discorremos sobre a evolução do controle de pragas urbanas no contexto da ciência brasileira (Vetores & Pragas, nº 40, p. 3-4, 2015), que formalmente se institucionalizou e incrementou com a chegada da família real portuguesa, em 1808. Seguimos agora na senda histórica dos primórdios, resgatando um aspecto importante e olvidado em nossa ciência, que é o papel fundamental desempenhado pela princesa-cientista e nossa futura primeira imperatriz, Dona Leopoldina.

D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena nasceu em Viena, Áustria, em 22 de janeiro de 1797, filha de Francisco II, imperador do então Sacro Império Romano-Germânico, com a princesa Maria Teresa das Duas Sicílias. Desde a infância a jovem arquiduquesa demonstrava seu amor pelas ciências, da Astronomia à Botânica, também à Zoologia. Sua disciplina favorita era a Mineralogia. Dizem que ela chegou a pedir ao pai que, caso não se casasse, gostaria de exercer um cargo no Gabinete de Mineralogia do Império.

Entretanto, o final do século XVIII e início de XIX foram períodos turbulentos na Europa. A Revolução Francesa, em 1789, instituiu um período de terror na França. Depois, veio a Era Napoleônica, com as invasões de Bonaparte. O pai de D. Leopoldina se rendeu ao imperador francês e lhe entregou uma filha, Maria Luiza, em casamento. Em 6 de agosto de 1806, Francisco II renunciou ao título de Imperador do Sacro Império, que deixara de existir sob o domínio francês, e adotou o título de Francisco I, imperador da Áustria. Nesse mundo turbulento D. Leopoldina foi criada, embora não lhe faltasse o amor da família.

Em 29 de novembro de 1816 é assinado o contrato de casamento entre ela e o príncipe herdeiro da Coroa Portuguesa, D. Pedro. O casamento aconteceu por procuração em 13 de maio de 1817 e a arquiduquesa chegou ao Brasil em 6 de novembro. A comitiva matrimonial desembarcada das duas fragatas, Áustria e Augusta, compunha-se de artistas e cientistas de diversas áreas: Botânica, Mineralogia, Antropologia, Arqueologia, Zoologia etc. A verdade é que, apesar de ser sobrinha em segundo grau da rainha Maria Antonieta da França, a nova princesa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e futura imperatriz do Brasil, não era vaidosa e já no desembarque mostrou a sua paixão pelas ciências.

O rei D. João VI criou o Gabinete de Botânica, ligado diretamente a D. Leopoldina, em 1818 na Quinta da Boa Vista, residência onde ela morava com D. Pedro e que, mais tarde, tornou-se a residência oficial. No mesmo ano foi fundado o Museu Real, também sob o estímulo da princesa. Essa instituição foi precursora do atual Museu Nacional. No início, um dos trabalhos da comitiva de cientistas era estabelecer as fronteiras geográficas, com base em estudos de fauna e flora. Porém, com a proclamação da Independência, em 1822, o objetivo passou a ser a formação da identidade brasileira, fundamentada não só na Antropologia como também na Arqueologia, estudadas nos domínios do novo Império. O contato dos cientistas com os indígenas, por exemplo, não era apenas para que o europeu ensinasse algo a essas comunidades, mas também aprendesse com elas, principalmente sobre o uso das ervas medicinais e, assim, consolidasse um saber nativo e partícipe da formação da nacionalidade.

O método de trabalho desses primeiros cientistas foi a classificação sistemática e tipológica das comunidades. Muitos dados sobre a população brasileira, inclusive natalidade e mortalidade, foram levantados entre os negros, escravos ou não. Tradições culturais, religiosas e até alimentares foram registradas, além de relatórios climáticos e históricos de várias regiões do país.

O zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Phillip Friedrich von Martius, ambos integrantes da comitiva de D. Leopoldina, viajaram longamente pelo país de 1817 a 1820. Entre seus achados destacamos os remanescentes de paleofauna localizados nas margens do rio Santo Antônio, então interior da Bahia, hoje do Piauí. Apesar do estado ruim dos ossos, Spix identificou um mamute ou mastodonte e o material foi enviado à Fazenda de Santa Cruz, de onde seguiu para a França. Por determinação oficial (sob a inspiração de D. Leopoldina), os diários dos naturalistas deveriam ser duplicados, assim como os espéci-

mes coletados. Dessa forma, uma parte ia para a Europa e outra permanecia no Brasil, visando à formação de coleção e pesquisadores no país. Com o material remetido pela missão científica, fundou-se em Viena o Museu Brasileiro. Parte do acervo desse museu foi destruída por um incêndio, que alguns atribuem aos distúrbios causados durante a Revolução de 1848. Contudo, até hoje há material etnográfico brasileiro da época no Museu de Etnologia de Viena.

Para dar suporte aos estudos científicos em curso, D. Leopoldina organizou um laboratório de campo, na Fazenda Imperial de Santa Cruz. Lá se preparavam animais e plantas para os museus e as coleções do Brasil e da Europa. A própria imperatriz, sempre afeita aos estudos, também coletava insetos, aves e plantas, entre outros espécimes, que preparava para remessa ao pai, imperador da Áustria.

O material científico obtido no país também servia para trocas com museus europeus, prática em uso até hoje, com o objetivo de enriquecer os acervos e o conhecimento museológico no mundo. Após a morte de D. Leopoldina, em 1826, a missão austríaca perdeu o incentivo do governo brasileiro, porém os trabalhos continuaram e aumentaram em 1838, no período regencial, quando foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O principal objetivo do instituto era a questão da identidade nacional, importante para aquele início de formação da nação brasileira, visando manter o território unido por meio do conhecimento das culturas material e imaterial (tradições etc.) que trouxessem a identificação e algo que unisse o povo. Foi nessa época que a figura do indígena passou a ser muito divulgada, de forma idealizada e por vezes deturpada.

No Segundo Reinado, com D. Pedro II, filho de D. Leopoldina e D. Pedro I, as atividades da missão prosseguiram sob o patrocínio do Império Austríaco e, a partir de 1869, do Império Austro-Húngaro, e contou com a participação de brasileiros, como João Barbosa Rodrigues. A missão científica foi encerrada em 1909, no período republicano brasileiro. Seu legado consiste no registro documental e museológico de incontável número de informações e espécimes, sobre Arqueologia, História, Antropologia, Etnologia, Mineralogia, Zoologia, Botânica – incluindo nesse caso a Medicina, pois na época os médicos deviam ter conhecimentos de Botânica – e até Linguística e mapas geográficos do Brasil.

A Missão Austríaca, iniciada com a chegada de Dona Leopoldina ao Brasil, foi um trabalho que não seria errado chamar de interdisciplinar e marcou o início da ciência brasileira, que tem em D. Leopoldina a sua "patrona". Essa mulher, hoje pouco cultuada, foi muito admirada pelos brasileiros da época, por sua coragem (foi a primeira mulher a assumir o poder supremo no país e uma das principais responsáveis pela nossa Independência), caridade com os desfavorecidos, incluindo escravos, inteligência e gosto pelo conhecimento. Ela própria pode ser considerada uma naturalista da Missão Austríaca e, embora seus estudos fossem limitados pelas exigências da política e da maternidade, ela impulsionou a institucionalização da ciência no Brasil, obra que seu filho, o Imperador D. Pedro II, consolidou. Leopoldina foi esquecida pela sociedade brasileira dos séculos XX e XXI, mas representa uma figura memorável para o país, e que também devemos resgatar para a ciência.

Valdirene do Carmo Ambiel é historiadora, arqueóloga e doutoranda na Faculdade de Medicina/USP.
Luiz Roberto Fontes é biólogo e médico legista do Núcleo de Antropologia Forense, IML de São Paulo.